

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Preço dos alimentos no topo das preocupações

Tarifaço nas exportações ameaça a mesa do brasileiro?

A semana começa com os economistas e investidores de olhos vidrados nos indicadores econômicos e os consumidores brasileiros atentos aos preços no supermercado.

A tensão surgiu após o presidente norte-americano, Donald Trump, anunciar um tarifaço de 50% nas exportações brasileiras a partir de 1º de agosto. Os atingidos são café, carne e suco de laranja.

A lei de mercado prevê que quanto maior o volume de produtos em circulação, menor o preço. Mas, tem um quesito que impacta toda a cadeia produtiva: o dólar. E esse começou a esboçar alguma reação, tímida, mas é uma reação.

O economista e professor do Ibmec, Gilberto Braga, tranquiliza: “Calma, tudo pode mudar”.

Cotação do dólar

Na sexta-feira a moeda fechou em R\$ 5,572. Na quinta-feira, o dólar encerrou a sessão com alta de 0,78%, a R\$ 5,5452. E isso pode impactar a mesa do brasileiro: muitos insumos utilizados na agricultura, na indústria e em outros setores, são em dólar.



Alguns insumos brasileiros são cotados em dólar

Impacto pontual no preço de produtos norte-americanos

De acordo com Braga, se o câmbio ficar apreciado – como tem reagido nesses primeiros dias – tende a encarecer o custo de produção no Brasil e impacta a inflação.

“Na ponta isso aumenta o preço de uma forma geral para o consumidor brasileiro e com esse câmbio pressionado o Banco Central deverá manter os juros elevados por mais tempo para segurar a inflação”, diz Braga.

Ele pondera que, eventualmente, pode haver um impacto pontual em algum produto estrangeiro que ficará mais caro por conta da possibilidade de o Brasil aplicar a Lei da Reciprocidade. Ou seja, pode taxar produtos norte-americanos.

Emprego

O economista Sergio Dias compara o tarifaço de Trump com as medidas do ministro Fernando Haddad. Ele explica: “Altos impostos e altas taxas impactam preços e afetam o consumo. Em uma cadeia produtiva vai impactar a produção e no final, o emprego”.

Exportações

No ano passado, foram exportados US\$ 40,33 bilhões em produtos, e importados US\$ 1,67 bilhão a mais do que vendeu aos Estados Unidos. Apesar de bons desempenhos em carne bovina (142%), sucos (74%) e café (39%), setores industriais estão em ritmo mais lento.

Desequilíbrio

O primeiro semestre de 2025 registrou desequilíbrio nos negócios. O Brasil comprou US\$ 1,67 bilhão a mais do que vendeu aos Estados Unidos. Apesar de bons desempenhos em carne bovina (142%), sucos (74%) e café (39%), setores industriais estão em ritmo mais lento.

Consignado vai entrar na PL dos descontos do INSS

Relator vai juntar sugestões e apresentar o projeto à Câmara

Por Martha Imenes

Os descontos de empréstimos consignados e das mensalidades em benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vão entrar no Projeto de Lei 1.546/2024, que vai aglutinar outras 60 sugestões de parlamentares para que a farra dos descontos sobre aposentadorias e pensões não volte a ocorrer.

Dessa vez, o foco não está somente em empresas e bancos, mira a Dataprev, empresa de tecnologia do governo federal. O PL está com a tramitação em caráter de urgência e deverá passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

O deputado Danilo Forte (União-CE), relator do PL de autoria do deputado Murilo Galdino (Republicanos-PB), questiona a atuação da empresa pública estatal, que operacionaliza a folha de pagamentos da autarquia previdenciária. A Dataprev implanta pagamentos de aposentadorias, pensões e auxílios pagos pelo instituto,



Deputado Danilo Forte é o relator do PL de descontos do INSS

além de acrescentar e retirar descontos sobre os vencimentos, entre outros serviços.

Forte explica que a Dataprev recebe por essas operações de inclusão e exclusão de descontos na folha do INSS e avalia a situação como discrepante.

“A Dataprev na prestação do serviço dela, de fazer o desconto na folha, é remunerada.

Isso provoca uma situação ainda mais discrepante. Porque a Dataprev, que é um órgão de Estado, uma empresa estatal, presta um serviço para o crime”, dispara Forte.

Segundo o deputado, não há porque separar descontos de mensalidades associativas e de empréstimo consignado. Para ele, “o método é praticamente

o mesmo”, disse o deputado à Folha.

Ele acrescentou que “o volume de denúncias de renovações automáticas do empréstimo, com manifestação inclusive indutiva para que esses aposentados continuem se endividando, é constante”.

Procurados, Dataprev e INSS não se pronunciaram.

CGU fez alerta sobre fragilidades

Em fevereiro do ano passado, um relatório da Controladoria-Geral da União (CGU), indicou fragilidades relacionadas às informações registradas no consignado, e possíveis averbações de empréstimo pessoal consignado em benefícios inelegíveis. O documento pode ser lido no site da CGU <https://ecgu.cgu.gov.br/relatorio/1205440>.

Os técnicos apontaram a possível existência de contra-

tos celebrados com taxas de juros acima do teto e inclusões de despesas com taxas ou seguro indevidas nas parcelas descontadas.

Por conta disso, o órgão de controle orientou o INSS a mudar as regras e o acompanhamento da concessão de empréstimos consignados para aposentados e pensionistas.

Em março de 2024, o INSS disponibilizou um ícone no Meu INSS onde aposentados,

pensionistas e beneficiários de auxílios pagos pelo instituto podem consultar as taxas de juros cobradas pelos bancos nos empréstimos consignados.

De acordo com fontes do INSS, a maioria das recomendações da CGU foram atendidas antes do prazo, que venceria em 31 de julho deste ano, e outras não são de competência da autarquia. Por exemplo: o aperfeiçoamento das validações no sistema e-Consignado para

evitar fraudes e erros nos contratos, sugerido pela CGU, é de responsabilidade da Dataprev.

Sobre a solicitação de obrigatoriedade de envio de dados completos pelas instituições financeiras, incluindo taxa de juros anual, Custo Efetivo Total (CET) e data de liberação, a fonte informa que essa medida foi implementada ainda em 2023. Portanto, antes do relatório da apresentado pela controladoria em 2024.

Cuidados para não cair em golpe

O ressarcimento de descontos indevidos a aposentados e pensionistas do INSS deve começar no dia 24, segundo o ministro da Previdência, Wolney Queiroz, e o presidente do INSS, Gilberto Waller. E todas as vezes que há expectativa de pagamento a beneficiários, estelionatários começam a criar formas de tirar dinheiro dos aposentados.

Para esse acordo de ressarcimento de descontos indevidos, especificamente, o alerta está na página do Ministério da Previdência. “O INSS não envia links por mensagem e não vai ligar para tratar do ressarcimento. Não há necessidade de intermediários. Para esclarecimentos adicionais, o beneficiário deve consultar sempre os canais oficiais: aplicativo Meu INSS e Central 135”, adverte o ministério.



No Meu INSS é possível checar desconto e aderir ao acordo

Contestação

O INSS fará automaticamente a contestação dos descontos indevidos para pessoas idosas com descontos iniciados após março de 2024 que tinham 80 anos na ocasião, indígenas e quilombolas, que ainda não fizeram o pedido. Se oferecerem a contestação, é golpe!

Pelo telefone

Do outro lado da linha uma

voz amistosa oferece facilidades: seja na contestação de descontos não autorizados, oferta de empréstimo consignado ou “simples conferência” de dados pessoais se dizendo do INSS ou do banco onde o beneficiário tem conta. É armadilha!

Sem intermediários

O acordo permite que aposentados e pensionistas do INSS que sofreram descontos

indevidos entre março de 2020 e março de 2025 recebam o valor de volta sem precisar entrar na Justiça. Se alguém oferecer intermediação, recuse.

Atenção às promessas

Vídeos em redes sociais, no YouTube e mensagem por aplicativo (que ninguém sabe de onde partiu) oferecem serviços de supostos advogados – que não são advogados de verdade – para “agilizar” a devolução do dinheiro. É golpe!

Conta-corrente

A adesão ao acordo pelo Meu INSS ou presencialmente nos Correios dispensa o envio de documentos adicionais. Depois da adesão, o valor será depositado na conta onde o beneficiário já recebe o benefício. Caso surja alguém na porta cobrando pelo serviço, não atenda.

Ministro admite que Estado falhou

O Estado falhou, reconheceu o ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, ao ser questionado sobre os descontos não autorizados durante sabatina no 20º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo da Abraji, em São Paulo.

“Esse entendimento de que o Estado falhou é basilar para construir os novos modelos de gestão daqui para frente”, disse o ministro.

O ministro afirmou que está empoderando mais áreas de fiscalização para combater fraudes e dar transparência às ações. “Estamos dando mais empoderamento para o setor de Inteligência da Previdência Social que atua e compõe a Força-Tarefa Previdenciária. Só entre 2023 e 2024, as ações dessa força-tarefa foram responsáveis por uma economia projetada de R\$ 3 bilhões”, afirmou.

Ao ser questionado sobre o futuro da Previdência, Queiroz enfatizou a importância do sistema para o país: “A Previdência Social é o maior sistema de proteção social do planeta. São R\$ 1 trilhão anuais que são injetados diretamente nas contas dos municípios brasileiros. Hoje, 65% dos municípios sobrevivem fundamentalmente dos recursos previdenciários pagos a beneficiários do sistema,

nos outros 35% dos municípios brasileiros a Previdência Social é a segunda maior injeção de recursos, perdendo apenas para o Fundo de Participação dos Municípios”.

“O nosso desafio é reestabelecer essa confiança (no sistema previdenciário). Somos o maior sistema de proteção social do mundo”, respondeu o ministro aos jovens, quando questionado sobre desconfiança.